



1
ACABAR COM A FOME
E A MISÉRIA



2
EDUCAÇÃO BÁSICA
DE QUALIDADE PARA
TODOS



3
IGUALDADE ENTRE
SEXOS E VALORIZAÇÃO
DA MULHER



4
REDUZIR A
MORTALIDADE INFANTIL



5
MELHORAR A SAÚDE
DAS GESTANTES



6
COMBATER A AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS



7
QUALIDADE DE VIDA
E RESPEITO AO MEIO
AMBIENTE



8
TODO MUNDO
TRABALHANDO PELO
DESENVOLVIMENTO



9
DEL E EQUIDADE SOCIAL
NO CONLESTE

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

GUAPIMIRIM

LINHA-BASE 2000 / 2006

Relatório de Acompanhamento

EXPEDIENTE E CRÉDITOS

IDEALIZAÇÃO

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU-HABITAT / ROLAC e Petrobras:

Cecília Martinez Leal

Diretora do Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU-HABITAT / ROLAC

Paulo Roberto Costa

Diretor de Abastecimento da Petrobras

COORDENAÇÃO GERAL E SUPERVISÃO

Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONU-HABITAT/ROLAC

Erik Vittrup Christensen, Oscar

Fernando Marmolejo Roldan, Fernanda Porto Aranha, Rayne Micheli Ferretti e Daniele Kowalski.

FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Petrobras, por meio do Centro de Informações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Abdo Gavinho, Paula Anastácia de Amorim Santos, Marcelo Honor dos Santos, Carlos Renato Lemos Rodrigues, Isabela Lemos da Costa e Pedro Carlos Lemos da Costa.

PESQUISA, ANÁLISES E DOCUMENTAÇÃO

Universidade Federal Fluminense

FACULDADE DE ECONOMIA

Jorge Britto, Carlos Guanziroli, Alberto Di Sabbato, Ruth Dweck, Cláudio Considera, Leonardo Mulls, Luciano Losenkan, Daniel Ribeiro de Oliveira, Gustavo Abrahão Flores, Felipe Pinheiro, Patrícia Antunes Ferreira

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Jorge Nassim Vieira Najjar, Sueli Camargo Ferreira, Crisostómo Lima do Nascimento, Alexandre Mendes Najjar, Gelcinete Lopes da Silva, Matheus Ribeiro Motta de Almeida, Valéria da Silva Coelho

INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

João Batista de Abreu Junior, Luiz Edmundo de Castro, Dante Gastaldoni, Wilson Soares de Magalhães, Denis Augusto Bueno de Camargo, Emily Luizetto de Carvalho, Erika Dallier, Heverton Souza Lima, Leonardo Nascimento, Luiz Guilherme Dias Fernandes, Maria Luiza de Castro Muniz

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Guilherme Borges Fernandez, Raúl Sánchez Vicens, Reiner Olíbano Rosas, Eduardo Manoel Rosa Bulhões, Felipe Mendes Cronenberg, Thais Baptista da Rocha, Natalie Chagas Slovinski, Felipe Pires do Rio Mazur, Thais Dornellas

INSTITUTO DE SAÚDE DA COMUNIDADE

Edna Massae Yokoo, Hélia Kawa, Luciana Tricai Cavallini, Ana Paula Costa Resendes, Andreia Sobral de Almeida

NÚCLEO DE ESTUDOS E PROJETOS HABITACIONAIS E URBANOS

Regina Bienenstein, Fernanda Sánchez, Cássio de Almeida Freitas, Daniela Vieira do Amaral Correia, Eptácio Pandia Dias Reis, Carolina da Costa Leal, Daiane Santos Silva Viana, Luiz Eduardo Souza de Lima, Núbia Vitória Marquez Maruad Fe da Cruz

GERÊNCIA FINANCEIRA

Fundação Euclides da Cunha (FEC)

PROJETO GRÁFICO

Instituto de Arte de Comunicação – IACS/UFF, Laboratório de Livre Criação

Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento

REVISÃO

Fernanda Porto Aranha

IMPRESSÃO

Gráfica Minister

ISBN: 978-92-1-132097-8

ISBN (Série): 92-1-131407-0
HS/1131/095

AGRADECIMENTOS

Os responsáveis pelo Projeto gostariam de agradecer às seguintes instituições pela colaboração gentil na elaboração deste boletim: IBGE; Fundação CIDE; DATASUS; IPEA; INEP; UNISYS/DATAMEC; AMPLA; Águas de Niterói; CEDAE; AMAE; SAAE - CA.

Nosso reconhecimento pela inestimável contribuição nesse projeto ao Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Prof. Roberto de Souza Salles; à diretora do Escritório Regional para América Latina e o Caribe (ONU-HABITAT/ROLAC), Dra. Cecília Martínez Leal; a Francesca Piló (ONU-HABITAT); ao diretor executivo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE), Dr. Álvaro Adolpho Tavares dos Santos; a Abdo Gavinho (Petrobras); a Ivan Dantas Mesquita Martins (Engenharia IIEABAST/IEPQF - Petrobras); ao Dr. Ricardo Friede (UNISYS/DATAMEC), ao Prof. César Von Dollinger, Fundação Euclides da Cunha (FEC), às equipes das prefeituras e à população dos municípios do CONLESTE (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Guapimirim, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá).

PREFÁCIO

O COMPERJ E O CONLESTE – DESAFIOS PARA A REGIÃO

A iniciativa da PETROBRAS de realizar investimentos da ordem de US\$ 8,4 bilhões na implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), no município de Itaboraí, trará mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, urbanística, habitacional, ambiental, de mobilidade urbana, ordenamento territorial, educação, saúde e segurança urbana em toda a região.

Neste contexto, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - CONLESTE - surge como o instrumento de parcerias e de alianças intermunicipais, para propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, a fim de potencializar os aspectos positivos do COMPERJ e minimizar seus aspectos negativos. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável dos onze municípios que o conformam.

Na região do CONLESTE, os impactos positivos do COMPERJ podem contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), desde que sejam implementadas políticas públicas a partir de uma agenda integrada que norteie ações nos níveis local e regional.

A PETROBRAS E O PACTO GLOBAL DA ONU

Em sua trajetória, a PETROBRAS se destaca como pioneira ao aderir aos princípios do Pacto Global da ONU e assumir compromissos para que os Objetivos e as Metas do Milênio - estabelecidos por países-membros das Nações Unidas - orientem sua política



de responsabilidade social empresarial.

Seguindo esses princípios, a PETROBRAS cria o Centro de Informações do COMPERJ como modelo inovador na gestão inclusiva do conhecimento. Este centro será responsável pela produção e disseminação de informações e de dados nas áreas ambiental, habitacional, social, educacional, econômica e de saúde, fornecendo insumos para a formulação de políticas públicas na região.

O PROJETO DE OBSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO COMPERJ SOBRE OS ODMs NA REGIÃO

Em consonância com o Pacto Global, a PETROBRAS implementa um projeto pioneiro no mundo: o monitoramento dos impactos de sua atividade industrial sobre os ODMs na região do CONLESTE. Este projeto é realizado em parceria entre o Centro de Informações do COMPERJ, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), tendo como objetivo a constituição de um banco de dados georeferenciado com informações socioeconômicas e ambientais sobre a região, assim como o desenvolvimento de competências locais e regionais.

Por meio de relatórios semestrais, o projeto acompanha os indicadores do Milênio, observando a evolução das cadeias produtivas instaladas na região, o fluxo escolar das redes públicas de ensino, indicadores de saúde materna, de mortalidade infantil, de doenças de maior incidência e de violência, a evolução dos assentamentos precários, do uso e ocupação do solo, das condições de saneamento ambiental e das áreas de preservação ambiental.

O fortalecimento das competências

locais está sendo realizado por meio de cursos de capacitação em geoprocessamento para os gestores dos onze municípios. Além disso, será implementado na região o Prêmio de Boas Práticas de Desenvolvimento Sustentável, que pretende identificar, promover e divulgar os projetos de maior relevância para a melhoria das condições de vida da população desses municípios.

Espera-se que este boletim, que mapeia os indicadores do Milênio entre os anos 2000 e 2006, sirva de referência aos governos e instituições do CONLESTE para a elaboração de políticas públicas socioeconômicas e ambientais, capazes de inserir a região em um processo de desenvolvimento sustentável acompanhado da redistribuição de renda e da erradicação da pobreza.



NOTA SOBRE O PROJETO GRÁFICO

Os coletivos humanos tendem a se organizar em torno de necessidades pontuais e efêmeras, o que torna o fenômeno urbano algo múltiplo, complexo e polifônico. O projeto gráfico elaborado procura reproduzir essa multiplicidade, que é a vida fervilhante dos coletivos, nas pinceladas irregulares e cheias de textura. Enquanto isso, aponta, nos quadrados transparentes e coloridos, para a disciplina do estudo presente, que procura, por meio de objetivos e indicadores, descobrir e ordenar padrões que norteiem o crescimento sustentável dos municípios estudados.

Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento
LABORATÓRIO DE LIVRE CRIAÇÃO
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL



SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 06 |
| ODM 1 ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME..... | 07 |
| ODM 2 UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL..... | 09 |
| ODM 3 PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES..... | 12 |
| ODM 4 REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA | 14 |
| ODM 5 MELHORAR A SAÚDE MATERNA | 16 |
| ODM 6 COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS..... | 18 |
| ODM 7 GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | 20 |
| ODM 9 ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DO CONLESTE..... | 23 |

INTRODUÇÃO

Este boletim apresenta o mapeamento do município de Guapimirim entre os anos 2000 e 2006 que permitirá conhecer o cenário anterior ao anúncio oficial da implantação do empreendimento COMPERJ. Representa uma referência temporal, constituindo uma linha base para o monitoramento dos impactos do empreendimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs.

Durante os meses de novembro de 2007 a março de 2008, foi realizado um processo participativo de adaptação dos Objetivos, dos Indicadores e das Metas do Milênio para a região do CONLESTE, que culminou com o estabelecimento de 8 Objetivos, 23 metas e 58 indicadores. Neste processo, foi acordado que o Objetivo 8, relacionado a: "estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento" não se aplica ao escopo do projeto. Um objetivo adicional, o ODM 9, foi elaborado e enunciado como se segue: "acelerar o processo de desenvolvimento local com redução de desigualdades na região do CONLESTE".

O sistema composto por 58 indicadores, validados entre a equipe de UN-HABITAT e as seguintes equipes da UFF - Faculdade de Educação, Instituto de Saúde da Comunidade, Instituto de Geociências, Faculdade de Economia, Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) - com a participação de gestores locais do CONLESTE, foi organizado a partir dos seguintes critérios:

Manutenção ou aproximação máxima dos indicadores sugeridos pela ONU;

Seleção de indicadores diretamente relacionados à meta (sensíveis às mudanças requeridas pela meta);

Seleção de indicadores passíveis de atualização periódica, preferencialmen-

te anuais e com série histórica disponível a partir de 1990;

Utilização de bases de dados e metodologias consolidadas.

A equipe do Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS/UFF) documentou por meio de fotografias e vídeos o processo das 65 reuniões de trabalho, nas quais participaram os poderes públicos dos onze municípios que conformam o consórcio, as instituições que elaboram e sistematizam dados e informações (IBGE, CIDE, DATASUS, INEP, UNYSIS-DATAMEC, IPEA, entre outras), as Comissões Municipais de Emprego e Renda, algumas Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), os pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e os especialistas do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos UN-HABITAT.

O princípio norteador do projeto é o direito pleno à cidade, que pressupõe a erradicação da pobreza e a melhoria geral das condições de vida dos habitantes dos municípios do CONLESTE, em consonância com os ODMs e com os princípios do Pacto Global da ONU.



1

ACABAR COM A FOME
E A MISÉRIA

ODM1

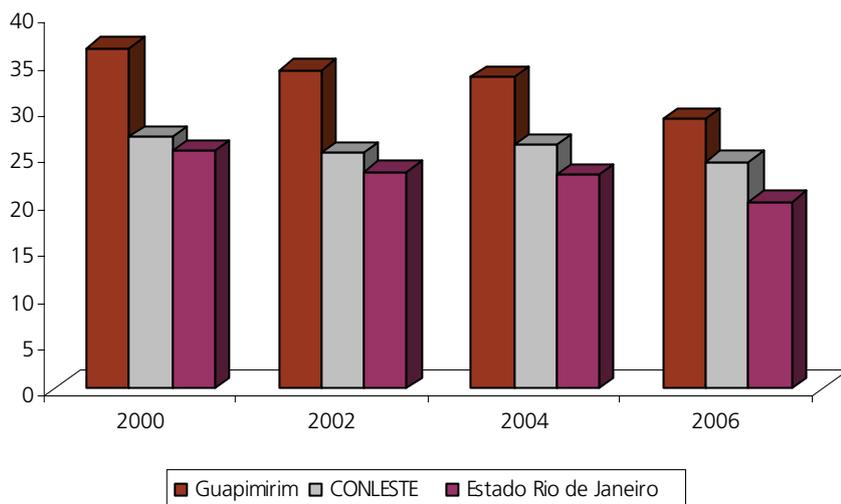
ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Meta 1A Reduzir a um quarto entre 2000 e 2012 a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal.

Indicadores:

- Participação dos 20% mais pobres da população na renda dos municípios
- Distribuição das pessoas abaixo da linha da pobreza

Distribuição da população abaixo da linha da pobreza



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e da PNAD (IBGE)

Os impactos do COMPERJ e o acompanhamento da evolução do número de famílias que pertencem às faixas de renda mais baixas nos municípios do CONLESTE permitirão estabelecer indicadores de redução da pobreza e de desigualdade de rendimentos. Para calcular a renda da população e, conseqüentemente, estimar a pobreza, utilizou-se a variável renda do Censo Demográfico IBGE do ano 2000. Para os anos posteriores (2001-2006), foi feita uma extrapolação com base na variação do PIB de cada um dos 11 municípios.

Considerando a região do CONLESTE entre os anos 2000-2006, observa-se que seus municípios demonstraram possuir relativamente mais pobres do que o Estado do Rio de Janeiro (24,30% e 19,99%, respectivamente). O município de Guapimirim apresentava, em 2006, relativamente mais pobres (28,9%) do que o conjunto do CONLESTE (24,3%) e do que o total do Estado do Rio de

Janeiro (20,0%). Dentre os municípios do CONLESTE, Guapimirim ocupava a 5ª posição em termos dos níveis de pobreza.

Para análise das condições de pobreza foi utilizado o critério definido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que estabelece para o Estado do Rio de Janeiro os seguintes valores para definir a linha da pobreza: R\$117,34 para a região metropolitana, R\$99,56 para a região urbana e R\$89,61 para a região não-urbana (valores em reais do ano 2000).

Entre 2000-2006, o percentual de pobres reduziu-se em 7,5 pontos percentuais naquele município, ficando acima da média do CONLESTE (2,6 pontos) e do total do Estado do Rio de Janeiro (5,4 pontos). Dentre os municípios da região, Guapimirim foi o quarto município no qual aquele índice mais se reduziu ao longo do período considerado (2000-2006).

**2**

**EDUCAÇÃO BÁSICA
DE QUALIDADE PARA
TODOS**

ODM2

UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

META 3A Garantir que, até 2012, as crianças de todos os municípios do CONLESTE, independentemente de cor/raça, concluam o Ensino Fundamental.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 7 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 7 a 14 anos de idade
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Fundamental
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Fundamental
- Taxa de masculinidade nas matrículas do Ensino Fundamental
- Taxa de masculinidade na conclusão do Ensino Fundamental

META 3B Garantir a ampliação da cobertura no Ensino Médio.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Médio
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Médio
- Taxa de masculinidade nas matrículas do Ensino Médio
- Taxa de masculinidade na conclusão do Ensino Médio

META 3C Garantir a ampliação da cobertura na educação técnica profissional

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas por grupos de idade nos cursos de educação técnica profissional em nível médio, segundo o sexo
- Taxa de distorção idade / conclusão dos alunos dos cursos de educação técnica profissional em nível médio
- Taxa de permanência dos alunos do Centro de Integração do COMPERJ por curso, município e nível de escolaridade

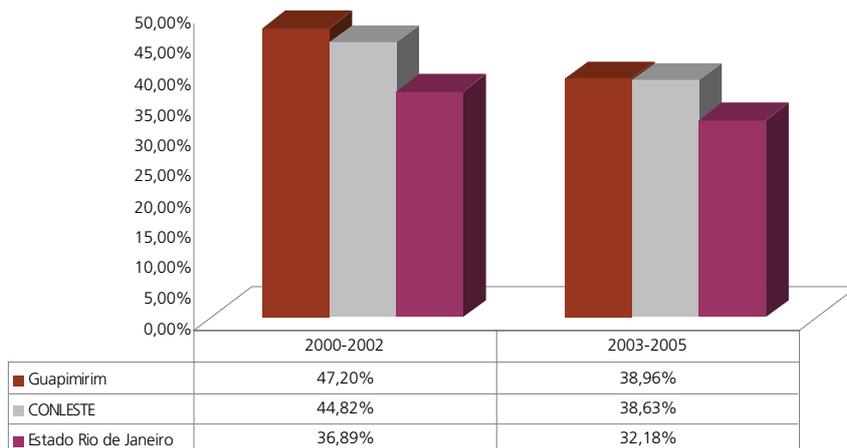
O acesso ao ensino fundamental na região do CONLESTE é hoje praticamente universalizado. Contudo, a retenção e a evasão escolar têm inviabilizado que muitos percorram o fluxo escolar de maneira adequada. Assim, os indicadores referentes à defasagem¹ em termos de idade e sexo para diferentes etapas do ensino refletem os principais problemas existentes na escola. A fim de garantir a meta de universalização do ensino fundamental e ampliação do ensino médio, é necessário implementar políticas efetivas tanto de acesso quanto de permanência na escola nessas duas etapas do ensino.

Com relação à taxa de masculinidade, observa-se que o acesso de homens e mulheres ao ensino fundamental não apresenta discrepâncias, embora esta mesma taxa mostre grande distorção entre os sexos quanto à conclusão deste nível de ensino. Para dar conta das metas deste ODM, serão necessárias políticas específicas para a manutenção dos alunos do sexo masculino no interior da escola. Da mesma forma que o observado no ensino fundamental, a região precisará de grande esforço para melhorar o fluxo educacional no ensino médio, buscando equacionar o problema das reprovações, primeira causa de retenção.

Há de se atentar que o potencial aumento da demanda ocasionado pela implantação do COMPERJ pode, se não for desde já equacionado pelo Poder Público, trazer sérias consequências para as redes de ensino médio, pela carência de professores e prédios escolares.

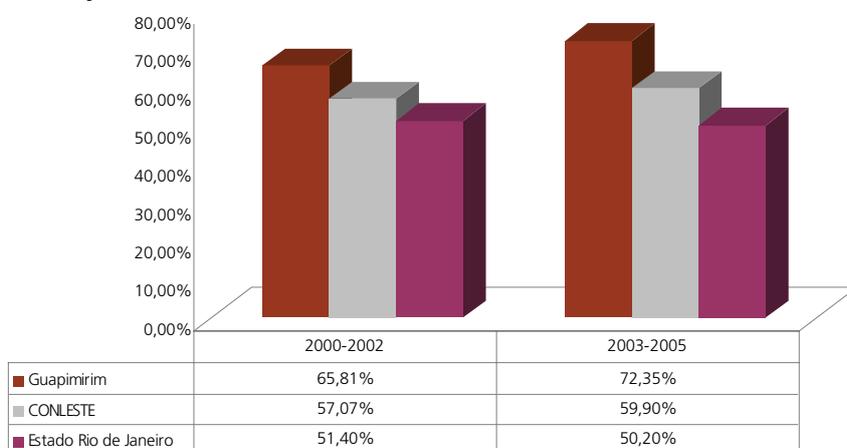
Os indicadores “a” e “b” referentes à educação técnica-profissional ainda estão sendo trabalhados e recebendo outro tratamento, em função da inexistência de um banco de dados oficial sobre tais questões. Quanto ao indicador “c”, referente aos cursos de capacitação do Centro de Integração do COMPERJ, este começa a ser monitorado a partir do primeiro semestre de 2008, e, portanto, ainda não faz parte desta análise.

Distorção idade/conclusão no Ensino Fundamental



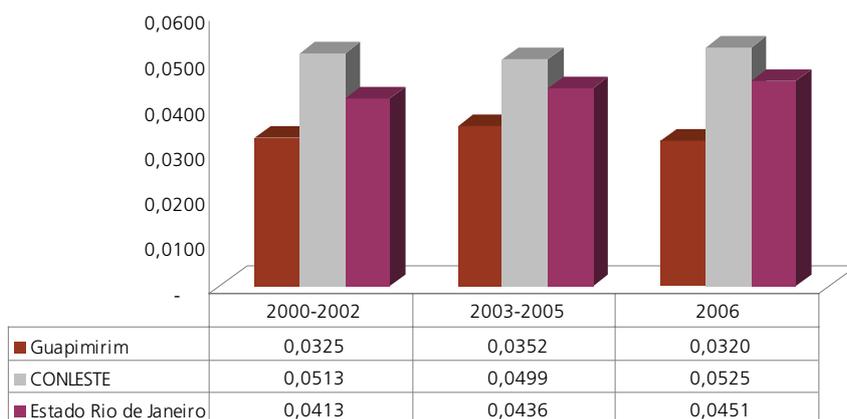
Fonte: INEP

Distorção idade/conclusão no Ensino Médio



Fonte: INEP

Taxa de masculinidade nas matrículas do Ensino Fundamental



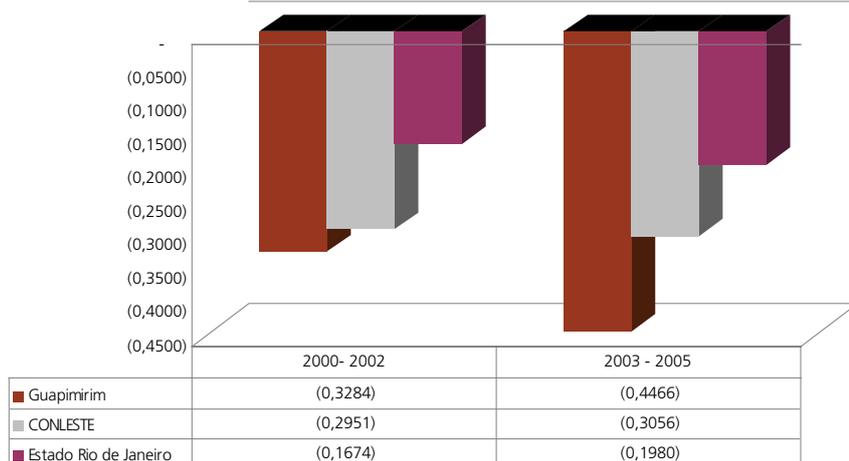
Fonte: INEP

Com relação à taxa de distorção idade/conclusão no Ensino Fundamental, o município de Guapimirim apresenta oscilação nos dados anuais de distorção no período pesquisado. Embora o ano de 2003 mostre uma média significati-

vamente mais baixa em relação ao ano inicial de nossas análises (2000), este nível não se mantém e fecha o período (2005) com nova tendência de alta. O gráfico, entretanto, mostra que a média dos anos de 2003-2005 é cerca de 8%

¹ Esta defasagem de idade e de sexo é medida em termos das chamadas taxas de distorção. A distorção idade/série refere-se à diferença entre a idade real dos alunos matriculados ou concluintes de determinada série escolar e aquela esperada para tal ano baseado no fluxo escolar normal (sem repetência). Com relação ao sexo dos alunos, chama-se taxa de masculinidade a diferença entre alunos e alunas matriculados ou concluintes dividida pelo número de alunos do sexo masculino.

Taxa de masculinidade dos concluintes do Ensino Fundamental



Fonte: INEP

mais baixa que a dos anos 2000-2002. Guapimirim apresenta distorção semelhante à do CONLESTE e maior que a do Rio de Janeiro, embora essa diferença venha caindo.

Quanto à distorção no Ensino Médio, embora todas as taxas de distorção idade/conclusão sejam elevadas, a do município de Guapimirim é não só a maior como a única que apresenta aumento significativo ao compararmos os dois triênios pesquisados. A taxa média municipal de 2003-2005, 10% maior que a de 2000-2002, mostra que 72,35% dos concluintes do Ensino Médio em Guapimirim apresentam idade superior à vista como adequada. Vale destacar que, como vimos no indicador anterior, as taxas de distorção idade / conclusão do Ensino Fundamental no município são descendentes.

As taxas de masculinidade positivas, nas matrículas do Ensino Fundamental, demonstram a presença maior de alunos do sexo masculino do que de alunas entre os matriculados no Ensino Fundamental. As taxas, entretanto, são baixas, só adquirindo maior significação

ao serem comparadas com as referentes ao próximo indicador, relativo à taxa de masculinidade entre os concluintes desse nível de ensino.

Todas as taxas apresentadas no gráfico são negativas, o que representa a existência de mais concluintes do sexo feminino que concluintes do sexo masculino. Ao compararmos os dois triênios pesquisados, identificamos um significativo crescimento da presença de meninas entre os concluintes no município de Guapimirim, crescimento este bastante superior ao apresentado no Estado do Rio de Janeiro e na região do CONLESTE. Vale destacar que enquanto a taxa de masculinidade entre os concluintes do Ensino Fundamental é negativa, a mesma taxa entre os matriculados nesse nível de ensino é positiva, o que demonstra o alto grau de retenção e de evasão dos alunos em relação às alunas. Elaborar políticas específicas para os alunos do sexo masculino que levem à sua permanência e sucesso escolar é fundamental para a universalização do Ensino Fundamental no município.



IGUALDADE ENTRE
SEXOS E VALORIZAÇÃO
DA MULHER

ODM3

PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Meta 4B Reduzir pela metade a defasagem salarial entre gêneros até 2012.

Indicadores:

- Participação feminina no mercado formal de trabalho e no perfil de trabalhadores admitidos e desligados nos municípios do CONLESTE
- Diferencial de remuneração por gênero e grau de instrução para diferentes setores de atividade

Este ODM trata da igualdade entre os sexos que, apesar de assegurada na constituição brasileira, ainda não é uma realidade na prática, considerando-se as grandes disparidades existentes em diversas áreas da sociedade.

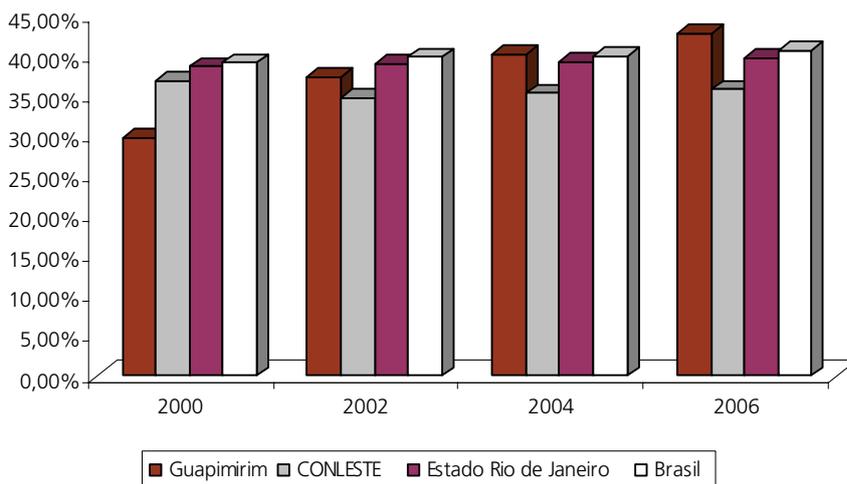
No escopo deste Objetivo, os indicadores propostos visam acompanhar a participação feminina no mercado de trabalho da região para o período de 2000 a 2006, bem como a diferença de remuneração entre homens e mulheres, no contexto de monitorar a evolução da meta de igualdade entre os gêneros.

O percentual de mulheres no mercado de trabalho formal no município de Guapimirim, em 2006 (31,6%), era inferior ao observado para o CONLESTE (42,7%), e superior ao observado no Estado do Rio de Janeiro (39,7%) e no Brasil (40,7%). Dentre os municípios do CONLESTE, esse município ocupava a terceira posição em termos da participação feminina.

Entre 2000-2006, esta participação aumentou em 13 pontos percentuais no município, o melhor resultado dentre os municípios do CONLESTE. Este desempenho contrasta com a evolução geral do CONLESTE (no qual se observa uma redução de 1,2 ponto percentual na participação feminina), mas acompanha o aumento da participação feminina no total do Estado do Rio de Janeiro (de 1,1 ponto) e no Brasil (de 1,6 ponto).

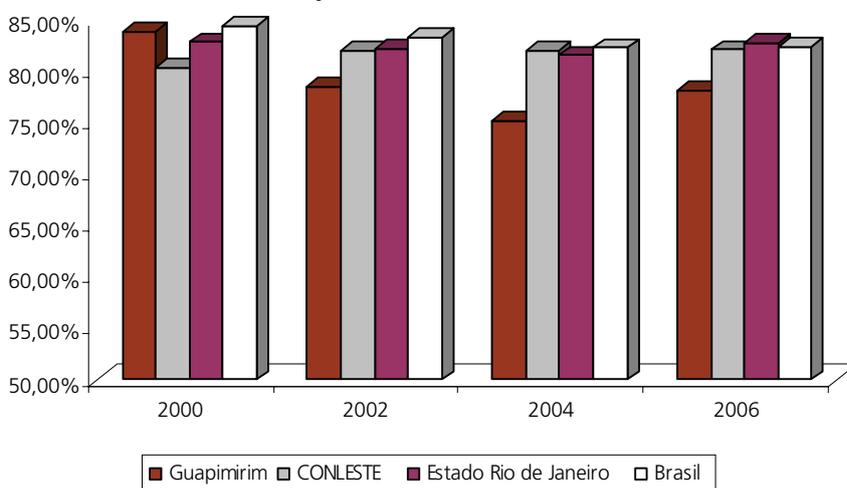
O diferencial de remuneração feminina diz respeito à diferença entre a remuneração de mulheres e homens para o mesmo posto de trabalho. No município de Guapimirim, em 2006, o valor deste diferencial era de 78,1%, indicando que a remuneração média das mulheres no município equivalia a 78,1% da dos homens para o mesmo cargo. Este valor era inferior ao observado para o CONLESTE (82,1%), para o Estado do Rio de Janeiro (82,7%) e para o Brasil (82,4%), sugerindo uma maior defasagem no município em relação à região, ao Estado e ao país. No conjunto do CONLESTE, aquele município ocupava a oitava posição em termos de diferencial de participação feminina.

Participação feminina no mercado de trabalho formal (percentual)



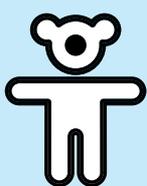
Fonte: RAIS (MTE)

Diferencial de remuneração feminina



Fonte: RAIS (MTE)

Com relação ao comportamento deste indicador no período 2000 – 2006, verifica-se que ele se reduziu em 5,8 pontos percentuais neste município, a segunda maior redução dentre os municípios do CONLESTE. Em termos comparativos, a evolução do diferencial observado no município contrasta com o observado para o CONLESTE, no qual se observa um aumento de 1,8 ponto percentual. Contudo, o comportamento em Guapimirim acompanha, embora de forma mais acentuada, a tendência negativa observada para o Estado do Rio de Janeiro, que registrou uma queda de 0,1 ponto percentual no diferencial, e para o Brasil, cuja queda foi de 2 pontos percentuais no diferencial.



4

REDUZIR A
MORTALIDADE INFANTIL

ODM4

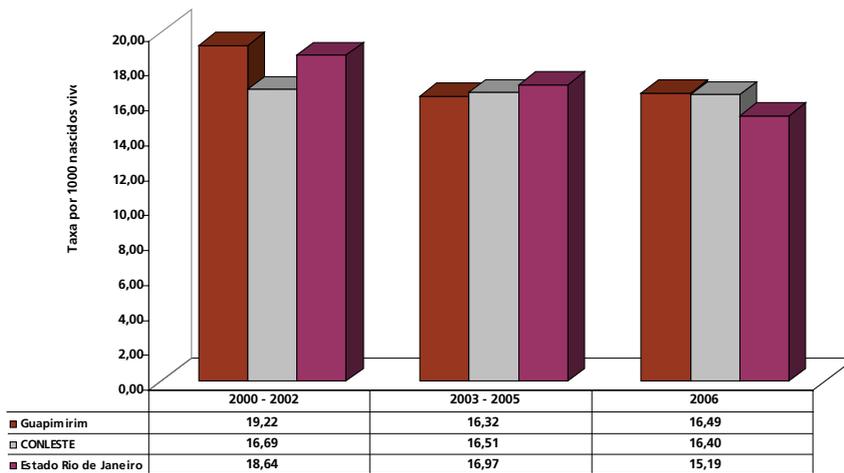
REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

META 5A Reduzir em dois terços entre 2000 e 2012 a mortalidade de crianças menores de 5 anos, nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Taxa de mortalidade em menores de 5 anos e mortalidade proporcional entre menores de 5 anos, segundo grupos de causas
- Taxa de mortalidade infantil e mortalidade proporcional segundo grupos de causas e grupos de idade (0 a 6 dias, 7 a 27 dias, 28 a 364 dias)
- Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de 5 anos nos municípios do CONLESTE

Mortalidade infantil no município de Guapimirim



Fonte: SIM / SINASC / DATASUS

Neste ODM, destaca-se o indicador referente à mortalidade infantil, que estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De um modo geral, este indicador expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura do ambiente, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos de atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade neste grupo etário.

No período, de 2000 a 2002, Guapimirim apresentou taxa de mortalidade infantil superior à taxa do Estado e da região do CONLESTE. Entre 2003 e 2005 houve uma redução da taxa do município, ficando próxima da taxa do

Estado e da região. A aproximação da taxa do município em relação ao Estado ocorreu tanto pela redução da taxa municipal, como pela redução da taxa do Estado. Em 2006, a taxa manteve-se próxima ao período anterior, sendo superior à taxa do Estado e do CONLESTE. Para todo o período, as médias registradas para o CONLESTE e para o Estado apresentam uma tendência descendente. Já Guapimirim não mostrou uma tendência, porém, ao comparar o período de 2000 a 2002 com o de 2003 a 2005 e/ou com o ano de 2006, nota-se uma redução na taxa. Além disso, os valores das taxas no período analisado são considerados baixos segundo critério da OMS (menor que 20,00 óbitos por mil nascidos vivos).



5

MELHORAR A SAÚDE
DAS GESTANTES

ODM5

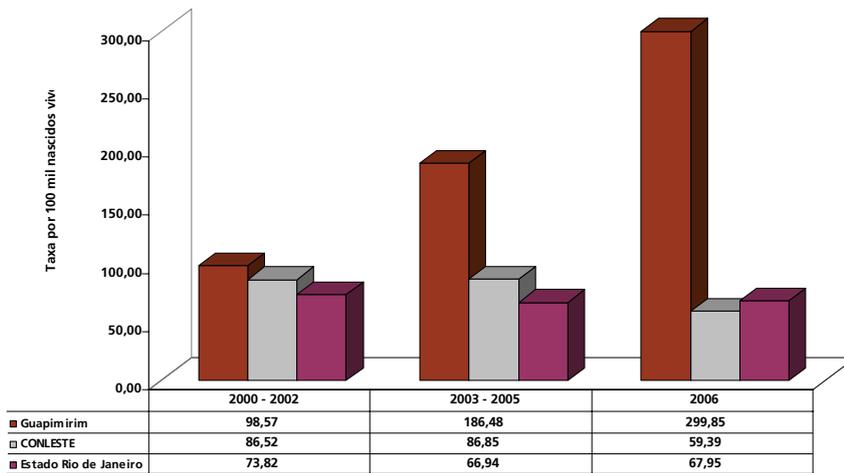
MELHORAR A SAÚDE MATERNA

META 6A Reduzir em três quartos entre 2000 e 2012 a taxa de mortalidade materna, nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Taxa de mortalidade materna e proporção de óbitos maternos segundo grupo de causas nos municípios do CONLESTE
- Proporção de tipos de partos (vaginal ou cesárea) assistidos por profissionais de saúde nos municípios do CONLESTE

Mortalidade materna



Fonte: SIM/SINASC/DATASUS

A mortalidade materna pode ser considerada um excelente indicador de saúde, não só da mulher, mas da população em geral, refletindo importantes desigualdades sociais em saúde.

Esta taxa reflete a qualidade da assistência à saúde da mulher. Taxas elevadas estão associadas à baixa qualidade na prestação de serviços de saúde durante os períodos de gravidez e após o parto (puerpério), contribuindo na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico.

No período de 2000 a 2002, Guapimirim apresentou taxa de mor-

talidade materna mais elevada que a do Estado e da região do CONLESTE. Entre 2003 a 2005, houve um aumento expressivo na taxa, ficando muito acima da taxa do Estado e da região. Em 2006, ocorreu novo aumento na taxa municipal, ficando essa novamente muito acima da taxa do Estado e do CONLESTE. Nos períodos analisados, Guapimirim apresentou uma tendência ascendente da taxa de mortalidade materna, gerando possíveis questões que podem estar influenciando direta e indiretamente o aumento das notificações neste município.



6

COMBATER A AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS

ODM6

COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

META 7A Até 2012 reduzir a incidência de tuberculose, nos municípios do CONLESTE.

Indicador:

- Taxa de incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE

META 7B Até 2012 reduzir a incidência de AIDS nos municípios do CONLESTE.

Indicador:

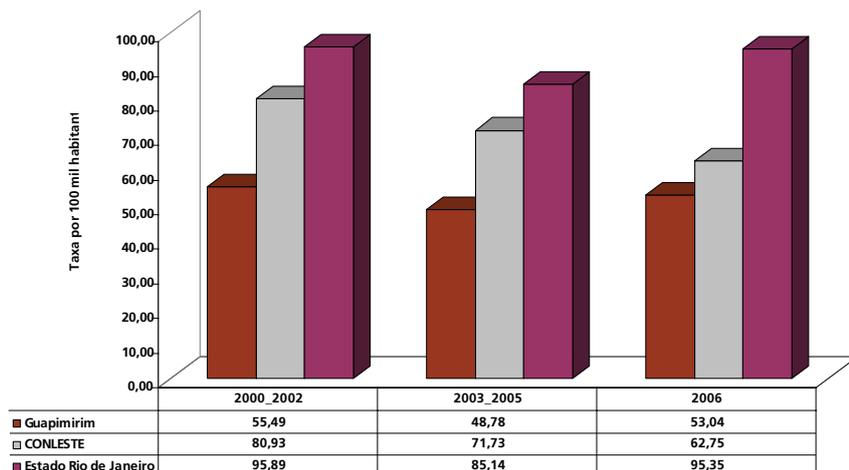
- Taxa de incidência de AIDS nos municípios do CONLESTE

META 8A Até 2012, reduzir a incidência de dengue, hepatite A e hanseníase nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Taxa de incidência de dengue nos municípios do CONLESTE
- Taxa de incidência de hepatite A nos municípios do CONLESTE
- Taxa de detecção de hanseníase nos municípios do CONLESTE

Incidência de tuberculose



Fonte: SINANI/BGE

Dentre os indicadores compreendidos pelo ODM 6, destaca-se, neste boletim, o indicador referente à taxa de incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE. A tuberculose é considerada um problema de saúde pública prioritário no Brasil. Apesar de ser uma doença grave, a conduta terapêutica adequada possibilita a cura de praticamente 100% dos casos novos.

Estima-se que um terço da população mundial esteja infectado com o *Mycobacterium tuberculosis*, agente etiológico (causador) da doença. No Brasil, são registrados por ano cerca de cinco a seis mil óbitos por tuberculose. Considerada uma endemia diretamente associada às condições de vida precárias, a ocorrência de tuberculose nas

populações tem sido atribuída à persistência da desnutrição e da pobreza.

Guapimirim, no período de 2000 a 2002, apresentou uma taxa de incidência de tuberculose inferior à taxa do Estado e da região do CONLESTE. Entre 2003 a 2005 houve uma pequena redução da taxa no município, ficando novamente inferior à taxa do Estado e da região. Em 2006, observa-se um ligeiro aumento da taxa de incidência no município, permanecendo abaixo do valor da média do Estado e do CONLESTE. Para todo o período, as médias do CONLESTE apresentaram uma tendência de declínio. Já as taxas de Guapimirim e do Estado apresentaram um padrão irregular.



**QUALIDADE DE VIDA
E RESPEITO AO MEIO
AMBIENTE**

ODM7

GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

META 9 Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos naturais.

Indicadores:

- Proporção de áreas cobertas por florestas por município do CONLESTE
- Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação

META 10A Reduzir em 20% até 2012, os domicílios sem acesso às redes gerais de água e de esgoto e à coleta de resíduos sólidos.

Indicadores:

- Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água e à rede geral de esgoto nos municípios do CONLESTE
- Percentual da área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos nos municípios do CONLESTE

META 11A Até 2012, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 10% dos habitantes de assentamentos precários que moram nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Percentual da área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana por município do CONLESTE
- Percentual de domicílios em assentamentos precários, em relação ao total de domicílios urbanos, por município do CONLESTE
- Percentual de assentamentos precários regularizados, em relação ao total de assentamentos precários, por município do CONLESTE
- Percentual de assentamentos precários urbanizados (água potável, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo doméstico e vias calçadas), em relação ao total de assentamentos precários, por município do CONLESTE
- Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais para famílias com renda até seis salários mínimos em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, por município do CONLESTE

A maior parte do CONLESTE encontra-se localizada dentro da Região Ecológica da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Pluvial), parte do domínio do Bioma Mata Atlântica, que ainda se desdobra em ambientes de manguezais e restingas.

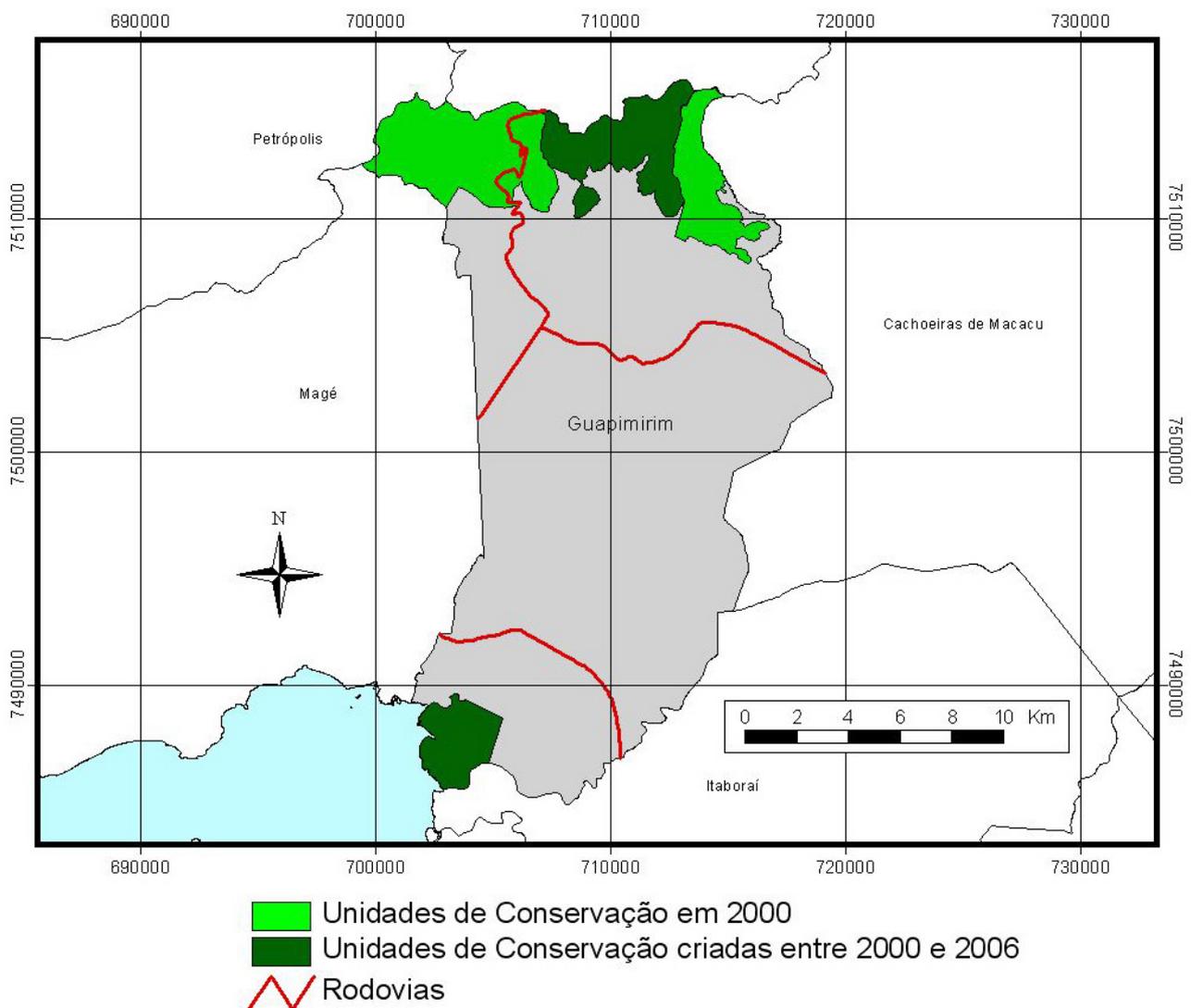
Com base em dados do ano 2000, as áreas urbanas ocupam um percentual representativo da área total do CONLESTE (5,39%), concentrando-se em núcleos que acompanham quase de forma contínua os eixos rodoviários, com destaque para o aglomerado São Gonçalo – Itaboraí. Mesmo com alterações associadas às atividades urbana e agrícola, as fisionomias ainda apresen-

tam uma área remanescente representativa, ocupando 39,3% do CONLESTE.

Com relação à meta que trata do acesso às redes de água e esgoto, será central o conceito de saneamento ambiental, entendido aqui como o acompanhamento das áreas ambientais e também do conjunto das ações que envolvem abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de resíduos sólidos. O saneamento ambiental emerge como um dos pontos mais vulneráveis da chamada crise urbana. Neste sentido, trata-se de um tema que demanda a urgente correção dos rumos adotados até o momento em parte significativa dos municípios brasileiros.

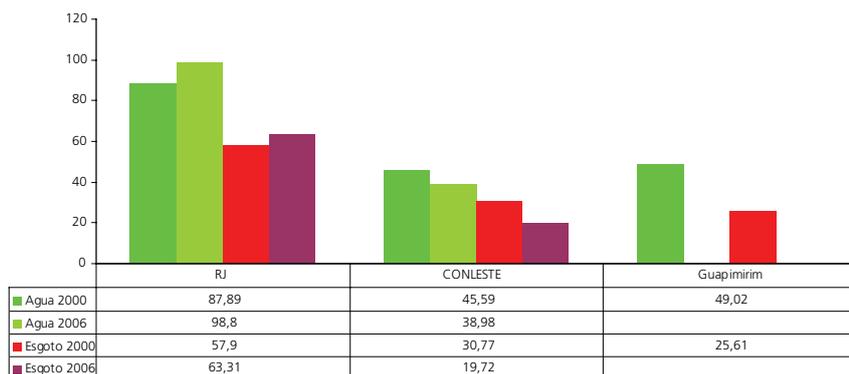
O município de Guapimirim possuía um total de 11,0% de área protegida por Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral em 2000. Estas UCs localizam-se na porção norte do município, vertentes da Serra do Mar, sendo constituídas pelo Parque Nacional da Serra dos Órgãos, de jurisdição federal, e pela Estação Ecológica do Paraíso, de jurisdição estadual. No período 2000 a 2006 houve um significativo aumento da área protegida, que passou a ocupar 19,1% do município, devido à criação do Parque Estadual dos Três Picos e da Estação Ecológica da Guanabara.

Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação



Fonte: IBAMA/IEF - RJ

Percentual de domicílios urbanos com acesso à rede de água e à rede de esgoto



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, Concessionárias e Prefeituras 2006. Elaboração Equipe de Urbanismo / UFF, 2008.

Com relação ao percentual de domicílios permanentes urbanos com acesso às redes gerais de água e esgoto em Guapimirim, no período de 2000 a 2006², o município apresentou um crescimento do número de domicílios urbanos de 132,10%, enquanto o Estado do Rio de Janeiro cresceu apenas 15,40%.

No que se refere ao abastecimento de água, o município apresentava 49,02% dos domicílios particulares per-

manentes urbanos com acesso ao serviço no ano de 2000, enquanto a média do Estado era de 87,89% para o mesmo ano, evidenciando, portanto, uma situação de maior precariedade. Quanto ao serviço de esgoto naquele ano, 25,61% dos domicílios particulares permanentes urbanos tinham acesso ao serviço, situação pior do que a encontrada no Estado (57,90%)³.

² Para o ano 2000, o IBGE (Censo Demográfico 2000) se constituiu na principal fonte dos dados sobre saneamento ambiental e número de domicílios permanentes urbanos. Já para construção do perfil relativo ao ano 2006 não existem dados do IBGE para os municípios, portanto, as concessionárias responsáveis pelas redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto constituíram-se nas principais fontes de dados. Diferente do Censo Demográfico que não distingue os meios formais e informais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as concessionárias contabilizam apenas as ligações formais. Isso poderia explicar a redução, ou mesmo inexistência de domicílios com acesso à rede de água e/ou esgoto no período analisado. Para a obtenção do número de domicílios permanentes urbanos, a concessionária AMPLA, responsável pelo abastecimento de energia elétrica de todos os municípios incluídos no CONLESTE, foi a principal fornecedora de dados, reconhecida pela abrangência de seu serviço e por possuir um banco de dados atualizado semestralmente.

³ Dados referentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário para o ano de 2006 não foram liberados pelas Concessionárias e Prefeitura, inviabilizando a análise das alterações no período 2000-2006. Também não foram fornecidas as informações sobre a produção habitacional e intervenções referentes à urbanização e/ou regularização fundiária.

9



**DEL E EQUIDADE SOCIAL
NO CONLESTE**

ODM9

ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DO CONLESTE

META 12A Viabilização de crescimento continuado da região acima do crescimento do Estado e do país.

Indicadores:

- Evolução do PIB a preços constantes
- Valor adicionado (proxy do PIB) dos setores agropecuário, industrial e de serviços a preços constantes
- Participação do valor adicionado (proxy do PIB) do setor agropecuário, industrial e de serviços
- PIB per capita a preços constantes

META 13A Atração de mão-de-obra qualificada para a região.

Indicador:

- Evolução do perfil de trabalhadores desligados e contratados na região em termos de setor de ocupação, grau de qualificação e faixa de remuneração

META 14A Melhoria do perfil do mercado de trabalho na região.

Indicadores:

- Evolução da PIA, PEA e POC e de taxas de ocupação, participação e desemprego
- Distribuição da população ocupada formal e de seu rendimento por grau de escolaridade, faixa de rendimento, tamanho de estabelecimento e setor de atividade

META 15A Dinamização do padrão de especialização produtiva da região.

Indicador:

- Especialização, concentração e diversificação da estrutura produtiva da região

META 16A Dinamização de cadeias produtivas locais.

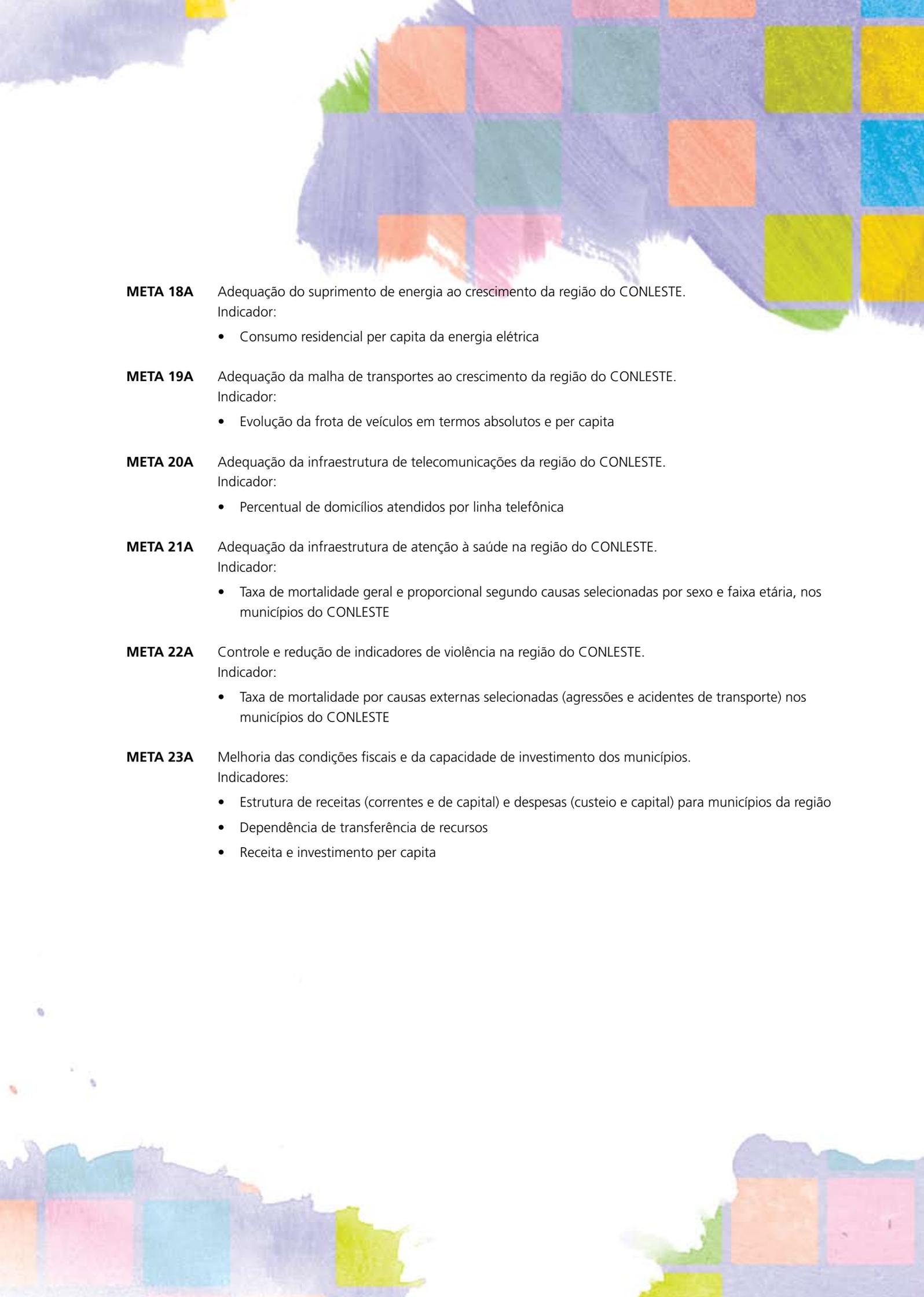
Indicador:

- Identificação da estrutura e monitoramento do emprego de 4 cadeias produtivas na região

META 17A Fortalecimento do empreendedorismo na região.

Indicadores:

- Número de PMEs criadas na região e empregos gerados por setor de atividade
- Evolução do número de admitidos e desligados no setor de comércio varejista



META 18A Adequação do suprimento de energia ao crescimento da região do CONLESTE.

Indicador:

- Consumo residencial per capita da energia elétrica

META 19A Adequação da malha de transportes ao crescimento da região do CONLESTE.

Indicador:

- Evolução da frota de veículos em termos absolutos e per capita

META 20A Adequação da infraestrutura de telecomunicações da região do CONLESTE.

Indicador:

- Percentual de domicílios atendidos por linha telefônica

META 21A Adequação da infraestrutura de atenção à saúde na região do CONLESTE.

Indicador:

- Taxa de mortalidade geral e proporcional segundo causas selecionadas por sexo e faixa etária, nos municípios do CONLESTE

META 22A Controle e redução de indicadores de violência na região do CONLESTE.

Indicador:

- Taxa de mortalidade por causas externas selecionadas (agressões e acidentes de transporte) nos municípios do CONLESTE

META 23A Melhoria das condições fiscais e da capacidade de investimento dos municípios.

Indicadores:

- Estrutura de receitas (correntes e de capital) e despesas (custeio e capital) para municípios da região
- Dependência de transferência de recursos
- Receita e investimento per capita

O ODM 9 – acelerar o processo de desenvolvimento local, com redução das desigualdades na região do CONLESTE – foi elaborado a partir de uma adaptação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU a esta região. Dentre as metas compreendidas neste ODM, destacam-se para análise neste boletim as seguintes áreas: crescimento econômico na região (PIB), mercado de trabalho e mão-de-obra, especialização produtiva, evolução de cadeias produtivas, empreendedorismo, fornecimento de energia, infraestrutura de saúde, indicadores de violência na região e, por fim, um panorama das condições fiscais dos municípios.

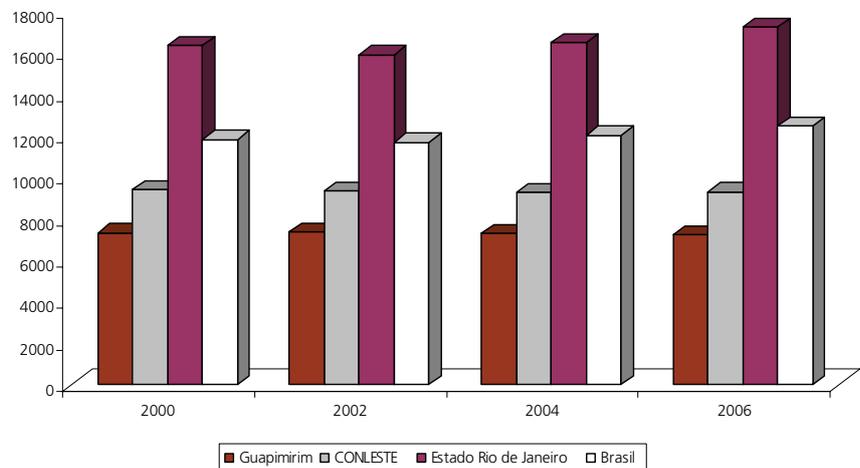
O PIB no município de Guapimirim se eleva de R\$ 283 milhões em 2000 para R\$ 326 milhões em 2006, equivalente a um crescimento real de 15,2%, o quinto maior crescimento dentre os municípios do CONLESTE. A participação do município no PIB do CONLESTE se mantém relativamente constante entre 2000-2006. Observa-se também que o crescimento do PIB no município entre 2000-2006 (15,2%) era superior ao observado para o conjunto do CONLESTE (11,2%) e para o Brasil (8,7%), e inferior para o observado no Estado do Rio de Janeiro (17,7%).

O PIB per capita do município de Guapimirim se reduz de R\$ 7.337 em 2000 para R\$ 7.211 em 2006, equivalente a uma redução de 1,7%, a sétima maior redução dentre os municípios

do CONLESTE. Verifica-se também que a redução do PIB per capita no município entre 2000-2006 (1,7%) acompanha o observado para o conjunto do CONLESTE (queda de 1,2%), mas contrasta com o observado no Estado

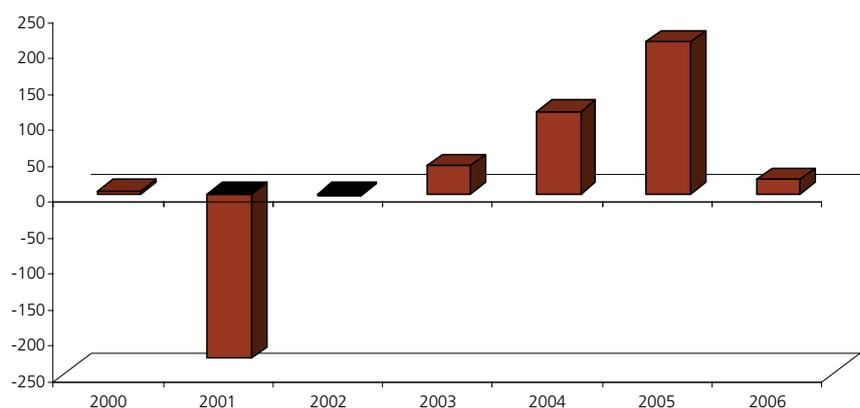
(aumento de 5,4%) e no Brasil (aumento de 5,6%). Dentre os municípios do CONLESTE em 2006, Guapimirim posicionava-se como o sexto pior colocado em termos do valor absoluto do PIB per capita (R\$ 7.211,00), ficando abaixo da

PIB per capita a preços constantes de 2006



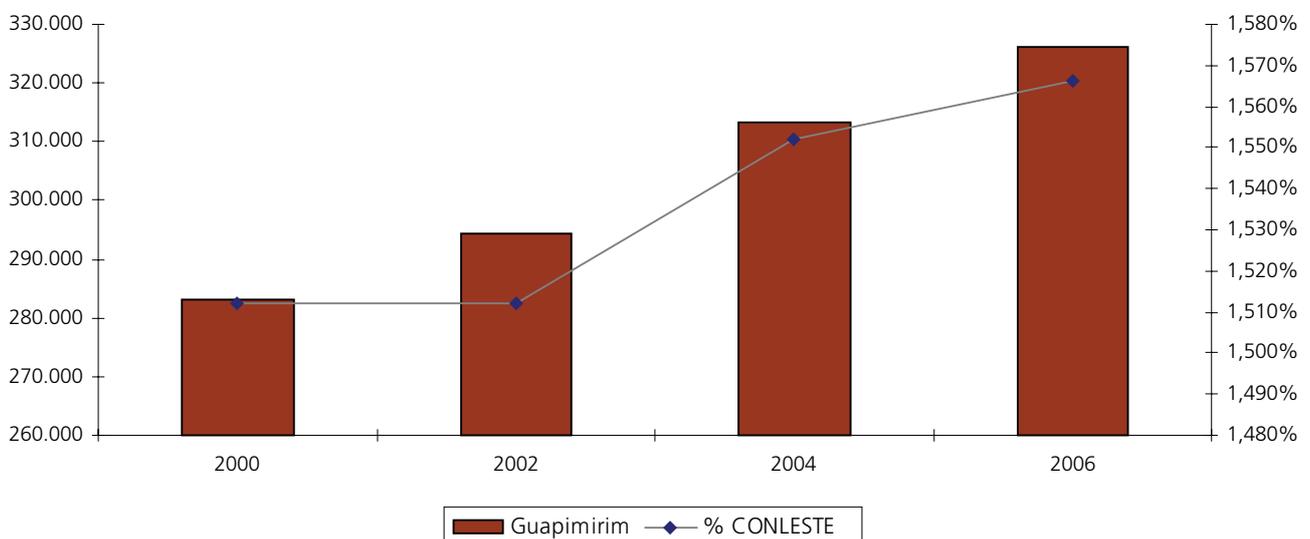
Fonte: IBGE

Saldo líquido de admissões menos desligamentos



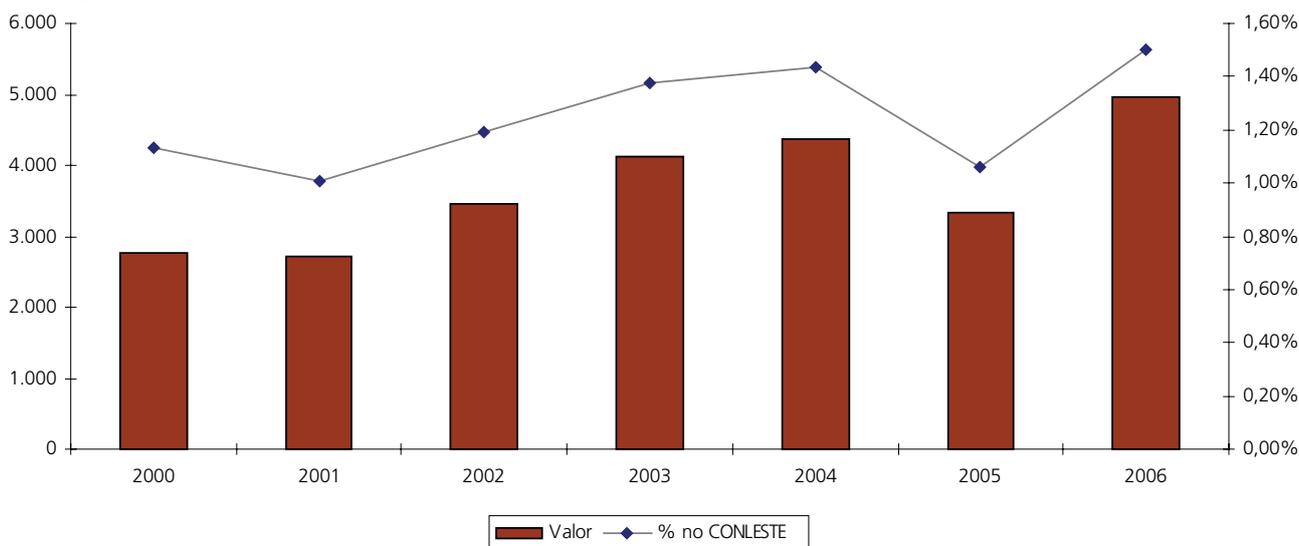
Fonte: CAGED (MTE)

Evolução do PIB a preços constantes



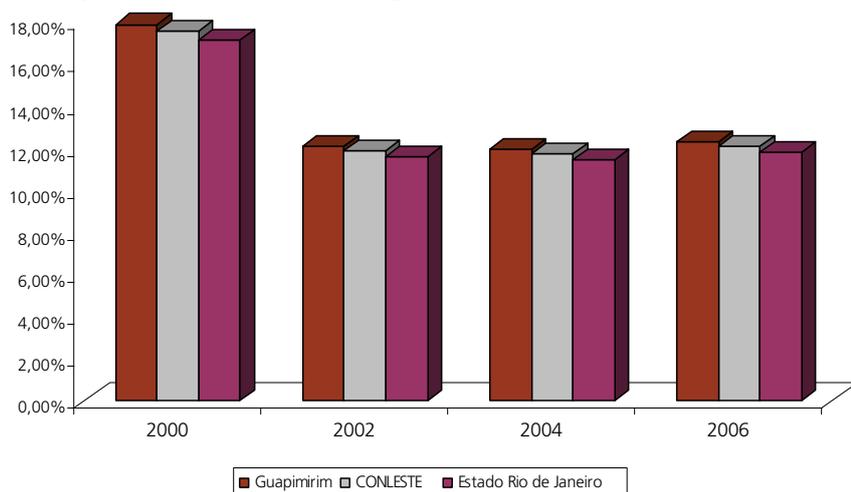
Fonte: IBGE

Evolução do emprego formal no município



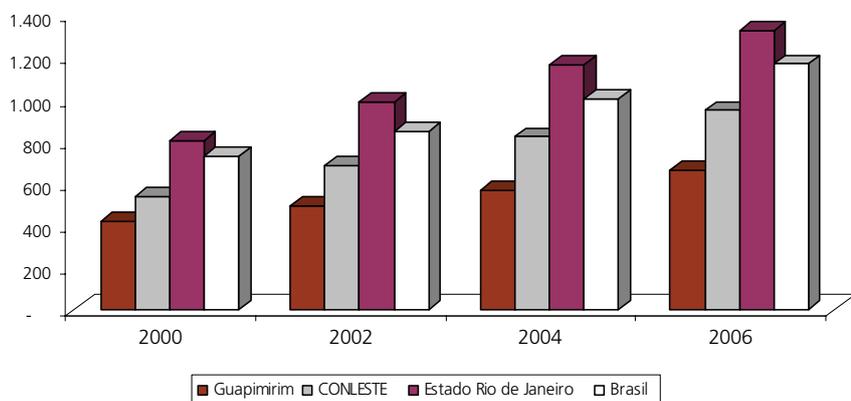
Fonte: RAIS/MTE

Evolução da taxa de desemprego



Fonte: Estimativas da equipe de Economia a partir de dados do Censo (IBGE) e da PNAD (IBGE)

Remuneração média mensal dos trabalhadores



Fonte: RAIS/MTE

média do CONLESTE (R\$ 9.299,00), do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 17.240,00) e do Brasil (R\$ 12.491,00).

Com relação à criação de postos de trabalho, informações levantadas a partir do CAGED para o município de Guapimirim indicavam que na média do período 2000-2006 foi gerado um saldo líquido médio anual de 23 postos de trabalho, o que significa um total acumulado de 159 postos líquidos para o conjunto do período. Observa-se também uma redução expressiva nesse saldo para o ano 2001 e um aumento significativo em 2005. Na média do período, o município de Guapimirim era aquele com o décimo saldo líquido de empregos gerados, dentre todos os municípios do CONLESTE.

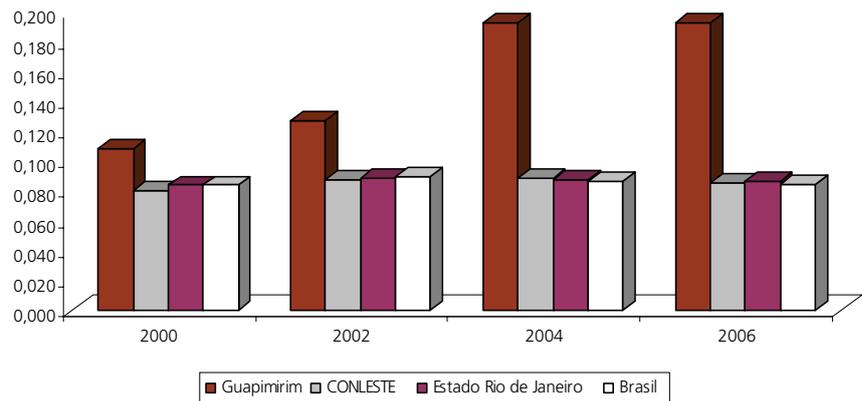
Entre 2000-2006, o total de empregos formais contabilizados no município de Guapimirim cresceu 79,2%, evoluindo de 2768 para 4959 postos de trabalho. Ao longo daquele período, Guapimirim foi o terceiro município no qual o emprego formal mais cresceu, dentre os municípios do CONLESTE. Além disso, observa-se que, dentre os municípios do CONLESTE, Guapimirim localizava-se na 9ª posição em termos do montante do emprego formal gerado em 2006. Ao longo do período 2000-2006, Guapimirim apresentou pequeno ganho de participação no total do emprego formal do CONLESTE, saindo de 1,13% em 2000, para uma participação de 1,5% em 2006.

Quanto à taxa de desemprego estimada, esta atingia 12,3% em 2006, a quinta maior dentre os municípios do CONLESTE. Esta taxa era superior à média da região do CONLESTE (12,1%) e do Estado do Rio de Janeiro (11,8%). Ao longo do período 2000-2006, a taxa de desemprego no município de Guapimirim reduziu-se em 5,6 pontos percentuais, segundo a estimativa realizada.

Quanto ao nível de remuneração média mensal da mão de obra formal empregada, observa-se que a mesma evolui de R\$ 420,00 em 2000 para R\$ 662,00 em 2006, correspondendo a um crescimento de 57,6%; inferior ao crescimento da remuneração na região do CONLESTE (76,7%), no Estado do Rio de Janeiro (65,5%) e no Brasil (60,1%). Este crescimento não reduziu significativamente o "gap" relativo ao nível de remuneração do emprego formal no município, que ainda era, em 2006, expressivamente inferior à média do CONLESTE (R\$ 948,00), do Estado (R\$ 1.330,00) e do Brasil (R\$ 1.170,00).

O indicador relativo à dinamização de concentração produtiva⁴ trata do grau de concentração das atividades produtivas no município de Guapimirim, comparativamente ao conjunto da região do CONLESTE, ao Estado do Rio de Janeiro e ao país.

Concentração produtiva



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da RAIS/MTE

Em 2006, o município posicionava-se na 3ª posição entre os municípios do CONLESTE em termos do nível de diversificação da estrutura produtiva. Em termos comparativos, o valor do índice de concentração de Herfindhal para o conjunto de atividades econômicas observado no município (0,193) era superior à média do CONLESTE (0,086), do Estado (0,086) e do País (0,084).

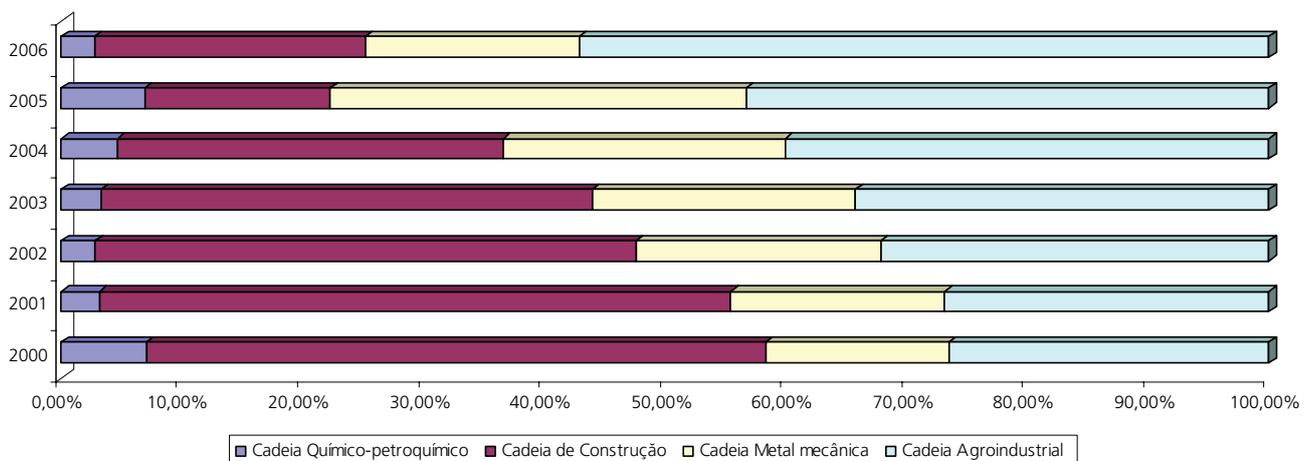
Entre 2000-2006, este índice aumentou 78,6% no município, evidenciando uma concentração da estrutura produtiva, enquanto o mesmo índice cresceu para o CONLESTE (em 6,8%), o Estado (3,0%) e o Brasil (0,6%).

Com relação à evolução de cadeias produtivas no município, considerando

as quatro cadeias produtivas selecionadas para investigação - Agroindustrial; Químico-petroquímica; Metal-mecânica; Construção civil - verifica-se que, em 2006, aquelas cadeias foram responsáveis pela geração de 469 empregos em Guapimirim (9,5% do emprego formal no município), dos quais 22,4% concentravam-se na cadeia de construção e 57,1% na cadeia agroindustrial. Ao longo do período 2000-2006, a cadeia de construção registrou uma perda de 68% em termos de emprego, enquanto a cadeia agroindustrial registrou uma taxa de crescimento de 59,5% no número de emprego.

No que se refere ao fortalecimento do empreendedorismo, o número de

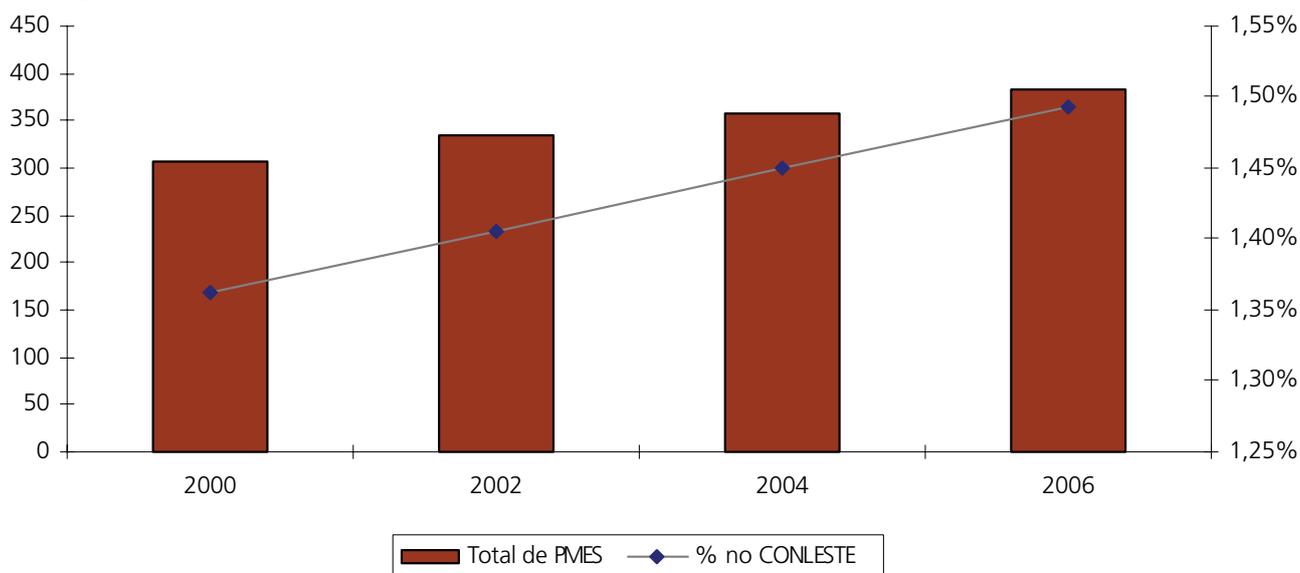
Empregos em cadeias produtivas



Fonte: RAIS/MTE

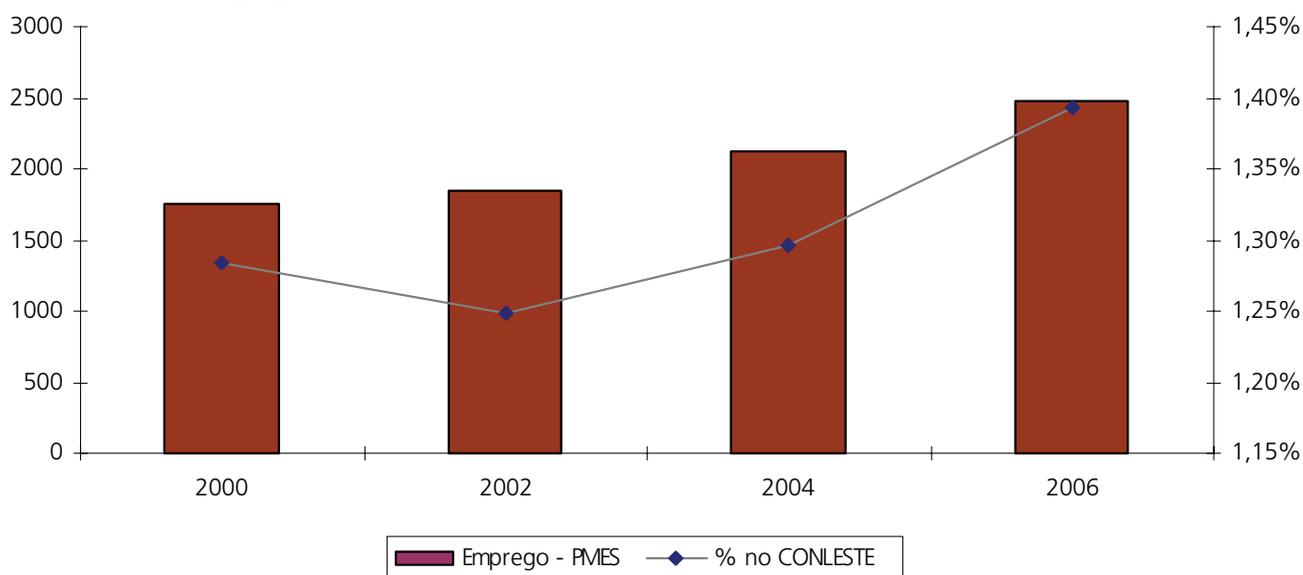
⁴ Este indicador foi avaliado por meio do índice de Herfindhal a 2 dígitos, indicando o nível de desagregação de setores econômicos utilizado. Este índice foi calculado para os diversos municípios e para o conjunto da região considerando informações relativas à distribuição do emprego por diferentes setores de atividade (nível de desagregação setorial a dois dígitos da classificação CNAE). Quanto mais próximo de 1 o índice, maior a concentração produtiva. Isto é, menor o número de empresas em determinada atividade econômica, com correspondente menor grau de concorrência nestes setores econômicos.

Evolução do total de PMES



Fonte: RAIS/MTE

Volume de emprego gerado por Pequenas e Médias Empresas (PMEs)

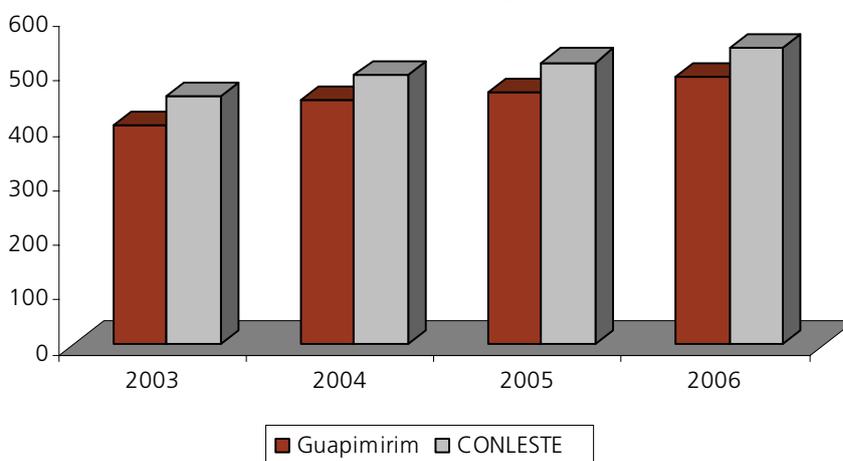


Fonte: RAIS/MTE

Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no município de Guapimirim passou de 308 no ano 2000 para 383 em 2006, correspondendo a um aumento de 24,4%, a quinta maior variação dentre os municípios do CONLESTE. Como reflexo desse crescimento, a participação do município no total de PMEs do CONLESTE permaneceu relativamente constante saindo de 1,36% em 2000, para 1,49% em 2006.

Já em termos do total de empregos gerados pelas PMEs no município Guapimirim, verifica-se um crescimento da ordem de 40,4% entre 2000 e 2006, com os mesmos evoluindo de 1761 para 2473, o quinto maior crescimento

Consumo residencial per capita de energia elétrica (kWh)



Fonte: AMPLA

no CONLESTE. Em razão desse crescimento, a participação do município no total de empregos gerados por PMEs no CONLESTE cresceu pouco, passando de 1,28% para 1,39%.

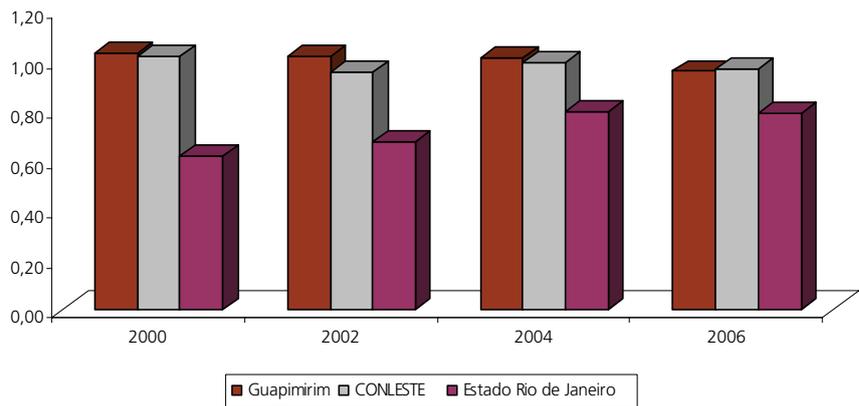
O consumo de eletricidade per capita apresentou crescimento de 22,5% entre 2003 e 2006 no município de Guapimirim, valor superior à média do CONLESTE (19,4%). Em comparação com os demais municípios da região, Guapimirim posicionava-se como o 6º município onde o consumo de energia mais cresceu. Guapimirim, para o ano de 2006, apresentou um consumo per capita de 491 kWh, que é ligeiramente inferior à média do CONLESTE (542 kWh per capita).

Com relação à melhoria das condições fiscais e da capacidade de investimento dos municípios, o município de Guapimirim apresentava uma situação de relativo déficit orçamentário em 2006, ou seja, as receitas eram inferiores às despesas públicas, situação equivalente à do CONLESTE e à do Estado do Rio de Janeiro, no qual identifica-se um déficit de 21% no mesmo ano. Com isso, ao longo do período 2000-2006, o déficit fiscal do município se elevou em 7 pontos percentuais, enquanto que para o total do CONLESTE o aumento do déficit foi de 5 pontos percentuais, evidenciando um crescimento mais pronunciado das despesas.

Já em termos de receita orçamentária per capita corrente, observa-se que, em 2006, o valor para o município de Guapimirim (R\$ 1222,56) foi superior à média do CONLESTE (R\$ 805,00), mas inferior à média do total do Estado (R\$ 1.729,00). Entre 2000-2006, a receita orçamentária per capita corrente aumentou 36,2% no município, contra um aumento de 25,3% para o CONLESTE e de 41,1% para o total do Estado.

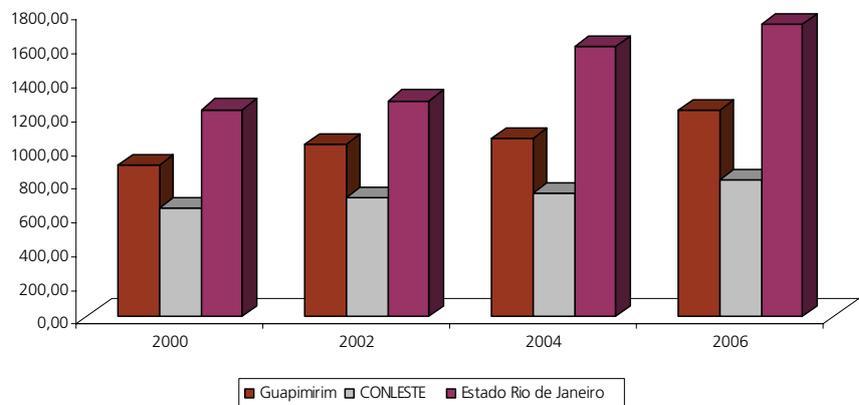
O município de Guapimirim apresentava um investimento per capita em torno de R\$ 271,97 em 2006, ficando acima da média do CONLESTE (R\$ 92,00) e do Estado (R\$ 110,00). Entre 2000-2006, este investimento per capita aumentou 0,2% no município, acompanhando o crescimento de 45,8% para o CONLESTE e contrastando com a queda de 40,3% para o total do Estado.

Equilíbrio orçamentário



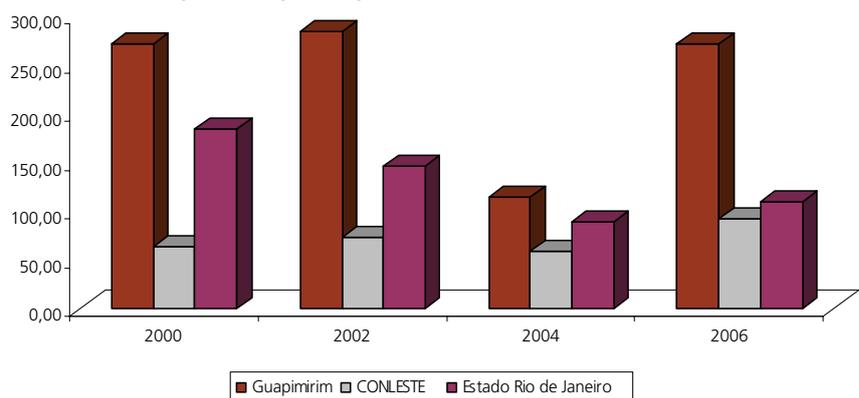
Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

Receita Orçamentária per capita corrente



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

Investimento público per capita



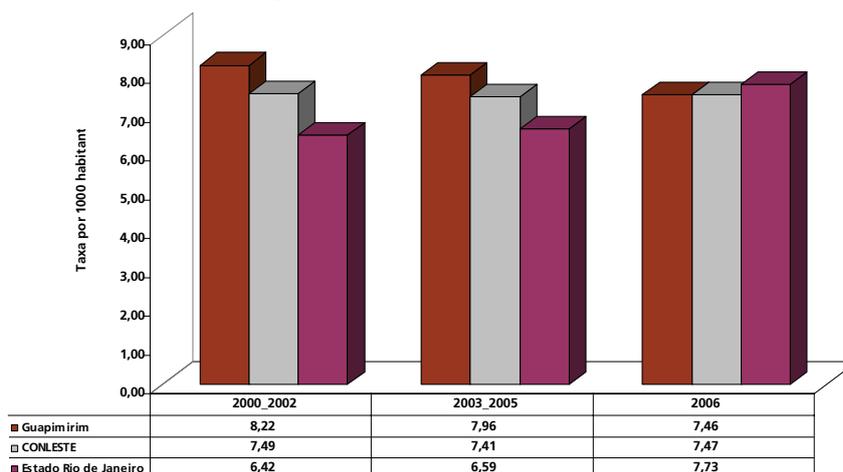
Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

Com relação à taxa de mortalidade geral, no período de 2000 a 2002, Guapimirim apresentou taxa padronizada de mortalidade geral superior à taxa do Estado e da região do CONLESTE. Entre 2003 a 2005 houve uma redução na taxa do município, porém novamente superior à taxa do Estado e da região. Em 2006, há uma nova redução da taxa do município, ficando inferior à taxa do Estado e próxima à taxa do CONLESTE. Para todo o período Guapimirim apresentou uma tendência levemente descendente nas taxas de mortalidade geral, diferente do Estado que apresentou uma tendência ligeiramente ascendente nessas taxas. Já as médias registradas para o CONLESTE mostraram um padrão estável no período analisado.

No período de 2000 a 2002, Guapimirim apresentou taxa de mortalidade por acidentes de transporte abaixo da taxa da região do CONLESTE e acima da média do Estado. Entre 2003 e 2005, houve um aumento na taxa do município, ficando superior à taxa do Estado e da região. Em 2006, observa-se que a taxa no município reduziu em relação aos períodos anteriores, ficando abaixo da média da região do CONLESTE e acima da média do Estado. Em todo o período, as médias das taxas para o Estado mantiveram-se constantes, e as taxas do município não apresentaram uma tendência, porém, observa-se uma redução na taxa para o ano de 2006. Já as médias do CONLESTE apresentaram um padrão de declínio.

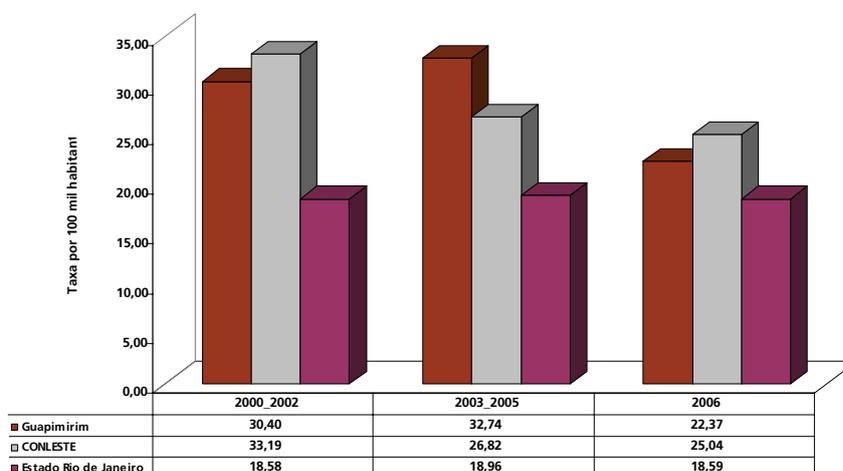
Com relação à taxa de mortalidade por agressão, o município de Guapimirim, no período de 2000 a 2002 apresentou taxa inferior à taxa do Estado, porém superior à da região do CONLESTE. Entre 2003 a 2005 houve uma elevação na taxa do município, ficando superior à taxa do Estado e da região. Em 2006, observa-se que a taxa no município caiu pela metade em relação ao período de 2003-2005, ficando abaixo da média do Estado e do CONLESTE. Observa-se para todo o período, que as médias para o Estado apresentaram um padrão descendente. Há também uma redução expressiva da taxa no município de Guapimirim no período de 2006.

Taxa de mortalidade geral padronizada por 1.000 habitantes



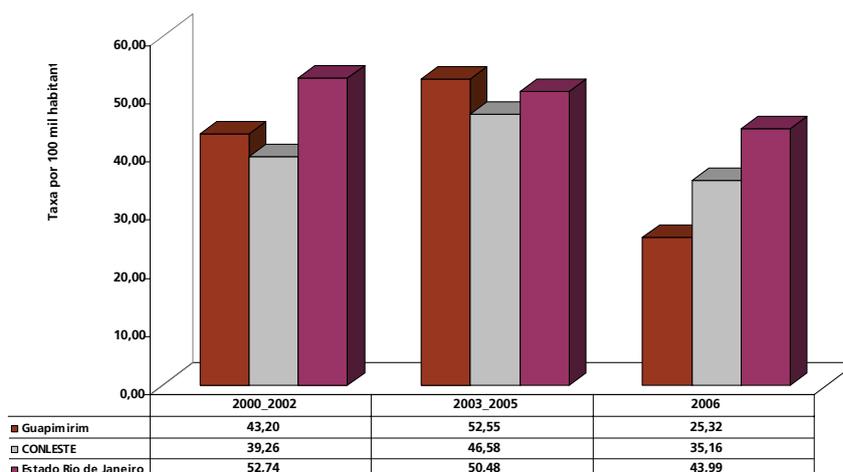
Fonte: SIM-DATASUS / IBGE

Mortalidade por acidentes de transporte



Fonte: SIM-DATASUS / IBGE

Mortalidade por agressões



Fonte: SIM-DATASUS / IBGE



REALIZAÇÃO

ONU HABITAT
POR UN MEJOR FUTURO URBANO

PARCEIROS



APOIO

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense
– CONLESTE

| | |
|-----------------------------------|---------------------------|
| Município de Cachoeiras de Macacu | Município de Niterói |
| Município de Casimiro de Abreu | Município de Rio Bonito |
| Município de Guapimirim | Município de São Gonçalo |
| Município de Itaboraí | Município de Silva Jardim |
| Município de Magé | Município de Tanguá |
| Município de Maricá | |